

**VISÕES DA CRISE: A INTERPRETAÇÃO DOS EFEITOS DA CRISE  
DO SINDICALISMO BRASILEIRO NOS ANOS 90  
SOBRE AS INSTITUIÇÕES SINDICAIS**

***VISIONS OF CRISIS: THE INTERPRETATION OF THE EFFECTS OF THE BRAZILIAN  
SYNDICALISM'S CRISIS IN THE 1990s ON UNION INSTITUTIONS***

*Renata Mena Brasil do Couto<sup>(\*)</sup>*

**RESUMO**

Neste artigo, buscamos estabelecer uma base de referenciais teóricos que nos permita analisar se o período de refluxo vivido pelo sindicalismo brasileiro na década de 1990 se revelou, ao longo dos anos 2000, um declínio inexorável, causado por transformações de ordem estrutural ocorridas no sistema capitalista a nível mundial, ou uma crise, possível de ser superada mediante a criação de novas estratégias e ações sindicais adaptadas à nova realidade brasileira, e mundial. Inicialmente apresentamos os impactos da crise do sindicalismo sobre os indicadores quantitativos do movimento sindical brasileiro, assim como as mudanças estratégicas ocorridas na ação da Central Única dos Trabalhadores e da Força Sindical diante das transformações ocorridas nos anos 1990. Na segunda parte, apresentamos algumas das diferentes leituras existentes sobre a continuidade e a intensidade da crise sindical ao longo dos anos 2000.

**Palavras Chave:** Sindicalismo; Neoliberalismo; Centrais sindicais.

**ABSTRACT**

In this article we seek to establish a theoretical base that allows us to examine if the reflux experienced by the brazilian trade unionism in the 1990s proved to be, over the 2000s, an inevitable decline, caused by structural transformations occurred in the capitalist system worldwide, or a crisis that can be overcome through the creation of new union strategies and actions adapted to the new situation in Brazil and worldwide. First, we present the impacts of the trade union's crisis on the quantitative indicators of the brazilian trade union movement; as well as the strategic changes occurred in the action of the Central Única dos Trabalhadores and the Força Sindical facing the 1990s changes. In the second part, we present some of the existing views about the continuity and the intensity of the trade union's crisis throughout the 2000s.

**Key-words:** syndicalism, neoliberalism, unions.

---

(\*) Doutoranda em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). *E-mail:* <renatabr83@globo.com>.

O debate acerca da crise do sindicalismo brasileiro se acentuou durante os anos 90, quando os ajustes neoliberais e o avanço da reestruturação produtiva fizeram surgir no país o que Alves (2005) chamou de “novo (e precário) mundo do trabalho”. A crescente precarização dos empregos e salários e o aumento do desemprego estrutural, aliados à introdução da automação e da informatização, à fragmentação dos interesses da classe trabalhadora, à flexibilização da legislação trabalhista, à estagnação econômica e à queda da inflação teriam sido responsáveis pelo recuo do sindicalismo no Brasil.

No entanto, existem divergências no que diz respeito à interpretação dos efeitos desta crise sobre a instituição sindical. Para alguns autores, as transformações ocorridas em consequência do avanço mundial do neoliberalismo e da reestruturação produtiva provocaram um declínio “inexorável” dos sindicatos, ilustrado pela queda das taxas de filiação sindical e pela redução do número de greves. Para outros, que acreditam na capacidade de adaptação dessas organizações ao contexto atual, este processo teria provocado uma crise que poderia ser superada de acordo com as estratégias sindicais adotadas perante o novo cenário político, econômico e social, pois a crise não teria atingido a instituição sindical, mas um tipo específico de sindicalismo diretamente ligado à indústria fordista/taylorista.

Dessa forma, neste artigo, pretendemos estabelecer uma base de referenciais teóricos que nos permita analisar se o período de refluxo vivido pelo sindicalismo brasileiro na década de 1990 se revelou, ao longo dos anos 2000, um declínio inexorável, causado por transformações de ordem estrutural ocorridas no sistema capitalista a nível mundial, ou uma crise, capaz de ser superada pela criação de novas estratégias e ações sindicais mais adaptadas à nova realidade brasileira, e mesmo mundial.

Na primeira parte deste artigo, apresentamos a forma como a crise do sindicalismo incidiu sobre os indicadores quantitativos do movimento sindical, além de discutir as mudanças estratégicas ocorridas na ação da Central Única dos Trabalhadores e da Força Sindical diante das transformações estruturais ocorridas na sociedade brasileira dos anos 1990. Em uma segunda parte, apresentamos algumas das diferentes leituras existentes sobre a continuidade e a intensidade da crise vivenciada pelas instituições sindicais brasileiras ao longo dos anos 2000, tendo como principal objetivo contrapor as ideias de crise e declínio, com foco sobre a hipótese de superação da crise e suas alternativas.

## **1. O SINDICALISMO BRASILEIRO NA PASSAGEM DOS ANOS 1980 PARA OS ANOS 90**

### **1.1. O movimento sindical em números**

As taxas de sindicalização são comumente utilizadas na análise do sindicalismo mundial. A redução do número de associados aos sindicatos tem sido entendida como

um indicador representativo de crise, reflexo da diminuição da capacidade de influência econômica e política e do poder sindical em nível mundial<sup>(1)</sup>.

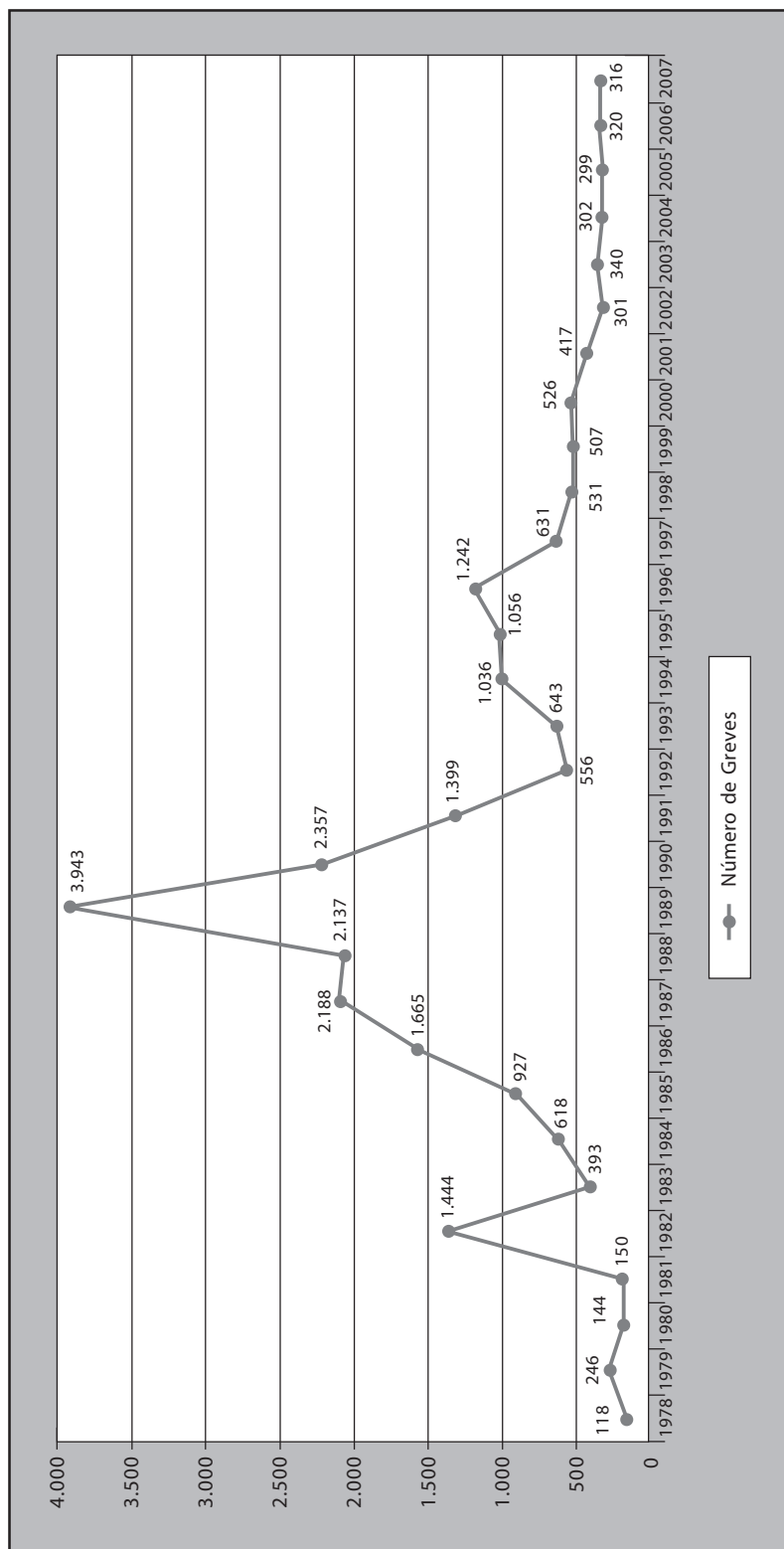
No Brasil, acompanhamos uma redução da taxa de sindicalização do país entre 1988 e 1998. Esta taxa passou de 21,9% para 20,1% no período, acumulando uma redução de 8,4% (PNAD/IBGE *apud* CARDOSO, 2003).

No que diz respeito ao estudo do sindicalismo, o número de greves, de grevistas e de jornadas não trabalhadas também aparecem como indicadores importantes para autores como I. J. Rodrigues (1999), Alves (2000), Costa (2005) e Noronha (2009). O gráfico 1 abaixo demonstra a evolução do número de greves no Brasil durante o que Noronha (2009) chamou de “primeiro grande ciclo de greves no Brasil”. De acordo com o autor, o final da década de 1970 representou uma ruptura na história das relações de trabalho no Brasil. A tradição populista foi rompida, houve alterações no sistema partidário durante a transição política que impediram pactos entre sindicatos e governos e a transição política em si provocou implicações na lógica da ação coletiva. Essa conjugação de fatores permitiu a eclosão deste ciclo de greves, que teria durado vinte anos, de 1978 a 1997, e apresentaria três fases: ascensão (1978-1984), auge (1985-1992) e declínio (1993-1997), como mostra o gráfico 1.

---

(1) Cabe ressaltar que Cardoso (2003) apresenta algumas limitações para esse indicador. O autor destaca que a delimitação do numerador e do denominador da taxa de sindicalização traz problemas para a comparação entre países, pois os modelos de representação sindical variam, e a taxa acaba medindo coisas diferentes em cada país. Por exemplo, no Brasil e nos EUA, os sindicatos representam apenas os empregados, enquanto na Suécia e na Austrália, essas entidades representam também os trabalhadores desempregados. Acrescenta-se a isso o fato de que o poder sindical não deve ser medido por sua capacidade de arregimentar filiados, pois ela nem sempre reflete disposição para a ação coletiva que, em última instância, é a forma de exercício do poder sindical.

Gráfico 1 — Greves no Brasil, 1978-2007

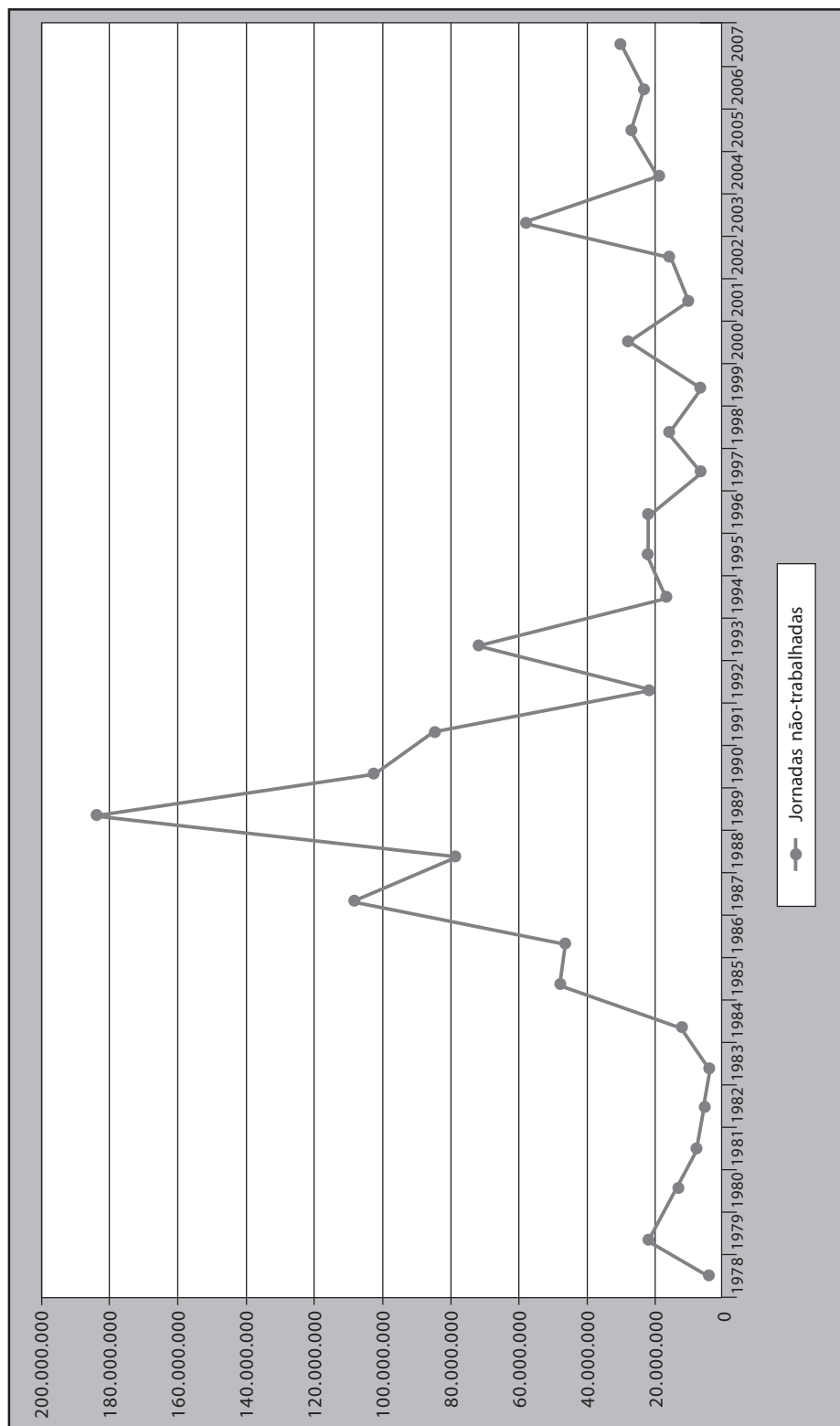


Fonte: Noronha (1991) para os anos entre 1978-1991. Noronha (2009) para os anos 1992-2007, elaboração própria.

A primeira fase desse ciclo de greves ocorreu durante o período militar de liberalização e de constituição de um sindicalismo grevista, e a segunda, durante um período de explosão do movimento grevista quando a transição democrática se completou com a promulgação da Constituição de 1988. A terceira fase desse ciclo, ou seja, seu declínio, caracterizado pela consolidação da democracia e pela superação do modelo desenvolvimentista, teria se iniciado no início dos anos 90, quando pudemos acompanhar ainda uma redução no número de grevistas no país, que passou de uma média de 101, entre 1985-1989, para 62 grevistas a cada mil trabalhadores, entre 1990-1991.

De acordo com o gráfico 2 e a tabela 1, vemos também que o número de jornadas não trabalhadas em função de greves sofreu uma significativa redução no início dos anos 90. Foram cerca de 9 milhões entre 1978 e 1984, 84 milhões entre 1985 e 1992 e 26 milhões entre 1992 e 1997 (NORONHA, 2009).

Gráfico 2 — Jornadas não trabalhadas — Brasil (1978-2007)



Fonte: Noronha (2009), elaboração própria.

Tabela 1 — Jornadas não trabalhadas total e média— Brasil (1978-2007)

Anos, total e média	Jornadas não trabalhadas	Anos, total e média	Jornadas não trabalhadas
1978	1.820.000	1993	71.718.135
1979	20.783.000	1994	15.214.852
1980	13.910.000	1995	20.445.950
1981	6.979.000	1996	20.650.683
1982	5.165.000	1997	4.387.376
1983	2.995.451	<b>Total</b>	<b>132.416.996</b>
1984	11.884.678	<b>Média</b>	<b>26.483.399</b>
<b>Total</b>	<b>63.537.128</b>	1998	15.459.524
<b>Média</b>	<b>9.076.733</b>	1999	4.560.286
1985	47.517.724	2000	29.771.880
1986	45.377.252	2001	8.830.721
1987	109.045.860	2002	14.483.272
1988	78.630.520	2003	58.404.757
1989	185.474.619	2004	18.677.539
1990	101.622.497	2005	27.171.406
1991	84.503.234	2006	22.474.321
1992	19.930.886	2007	28.383.311
<b>Total</b>	<b>672.102.592</b>	<b>Total</b>	<b>228.217.016</b>
<b>Média</b>	<b>84.012.824</b>	<b>Média</b>	<b>22.821.702</b>

Fonte: Noronha (2009), elaboração própria.

No que diz respeito ao número de entidades sindicais, de acordo com os dados da Pesquisa Sindical, realizada pelo IBGE entre 1986 e 1991 e em 2001, o número de sindicatos aumentou significativamente no Brasil ao longo da década de 1990. Em 1991, eram 11.193 sindicatos, sendo que em 2001 esse número chegou a 15.961. Segundo Costa (2005), existia uma tendência de multiplicação e fragmentação sindical que, aliada à queda da taxa de sindicalização, fez com que o poder de negociação e barganha dos sindicatos fosse reduzido.

### 1.2. As estratégias sindicais adotadas

Para que pudéssemos ter uma visão mais abrangente dos projetos nacionais do sindicalismo brasileiro, extrapolando os limites das categorias e setores particulares, optamos por focar as duas principais centrais sindicais em atividade do país: a Central Única dos Trabalhadores e a Força Sindical. Apesar da existência de outras centrais sindicais, só a CUT e a FS chegaram ao ano 2000 com peso no cenário

sindical nacional. Os dados do quadro 1 demonstram a força dessas duas centrais. A CUT representava, em 2001, 66% dos sindicatos filiados a centrais sindicais, enquanto a Força Sindical representava 19% desses sindicatos, sendo seguida pela SDS, CGT e CAT com 7%, 6% e 2%, respectivamente.

**Quadro 1 — Indicadores Seleccionados de Filiação de Sindicatos às Centrais Sindicais — Brasil (2001)**

Indicadores	Centrais Sindicais				
	CUT	FS	SDS	CGT	CAT
Distribuição da filiação por central	66%	19%	7%	6%	2%
Predominância quanto ao tamanho dos sindicatos	Grandes (55%)	Médios (53%)	Médios (55%)	Médios (51%)	Médios (55%)
Predominância quanto ao grande grupo profissional	Trabalhadores na agricultura (45%) e trabalhadores na indústria (16%)	Trabalhadores na indústria (46%) e empregados no comércio (24%)	Empregados no comércio (31%) e trabalhadores na indústria (26%)	Trabalhadores na indústria (32%) e empregados no comércio (20%)	Servidores públicos (32%) e trabalhadores na indústria (19%)

Fonte: Pesquisa Sindical/IBGE, 2001, elaboração própria.

### 1.2.1. Central Única dos Trabalhadores

Na segunda metade da década de 1980, as correntes sindicais mais ativas na luta reivindicativa já estavam organizadas dentro ou ao redor da Central Única dos Trabalhadores. Nesse período, a CUT organizou campanhas pelo não pagamento da dívida externa; interveio a favor da inserção dos direitos trabalhistas e sociais já existentes, de novos direitos de proteção ao trabalho e da reforma agrária no texto Constitucional de 1988; realizou greves contra a política econômica do governo; e propagandeou sua plataforma de mudanças econômicas e sociais. De acordo com Boito Jr. (1999), essas manifestações foram as mais expressivas demonstrações de unificação da luta dos trabalhadores, onde a CUT procurou mobilizar o conjunto dos sindicatos filiados e inúmeras outras organizações sociais. Essa estratégia política baseava-se no entendimento de que a ação sindical não se limitava à defesa de salários e de condições de trabalho mais favoráveis, ainda que a Central tenha sido responsável por importantes conquistas de direitos, como o direito de greve, a aposentadoria por tempo de serviço e a jornada semanal de 44 horas. Conquistas estas que se revelaram obstáculos fundamentais para a implementação do neoliberalismo no Brasil.

Contudo, a consagração da política neoliberal por meio das urnas, com a eleição de Collor, mudou a conjuntura brasileira e a Articulação Sindical, tendência majoritária da CUT, entendeu que havia uma defasagem entre a linha ofensiva da Central e o novo contexto. Para Galvão (2002), a derrota da candidatura apoiada pelo “novo



sindicalismo” nas eleições presidenciais de 1989 foi um dos fatores que mais contribuiu para a mudança da prática sindical da CUT, pois esta significou, em última instância, a vitória do projeto neoliberal, sustentado por setores sociais conservadores e de conteúdo regressivo, e a derrota do sindicalismo de massas e de confronto. De acordo com Boito Jr. (1999), a conjuntura desfavorável impunha um recuo, mas não pode ser considerada responsável pelo total abandono da crítica às políticas neoliberais. Em alguns momentos de crise, a CUT satisfez-se em denunciar as políticas recessivas do Governo Collor ao invés de avançar na crítica ao projeto neoliberal.

Com a posse de Collor, em 1990, a corrente majoritária da CUT, a Articulação Sindical, a despeito da resistência das correntes minoritárias, optou por uma mudança de concepção e de estratégia política. Enquanto a concepção de um sindicalismo propositivo<sup>(2)</sup> rompia com a ação essencialmente reivindicativa e grevista, experimentada pela Central ao longo dos anos 1980, o desconforto que a mesma provocava entre as correntes minoritárias da CUT, provocou uma crise interna na Central. Para Antunes (1991), foi no interior na própria CUT que ocorreu um importante debate político-ideológico para o desenvolvimento do sindicalismo brasileiro. No III Concut, socialistas revolucionários e social-democratas<sup>(3)</sup> disputaram o modelo organizativo da Central e venceu a proposta “CUT — organização” e não a “CUT — movimento”.

No IV Concut, realizado em setembro de 1991, algumas resoluções se destacaram por terem influenciado decisivamente às práticas sindicais que seriam adotadas pela CUT na década de 1990. Esse Congresso determinou a participação da entidade em fóruns tripartites<sup>(4)</sup>, além de reafirmar o papel insubstituível do Estado na retomada do desenvolvimento econômico e na solução dos grandes problemas sociais. Houve um apelo da entidade pela criação de órgãos de controle estatal, muitos dos quais já estavam previstos na Constituição de 1988. Ferraz (2003) acredita que nesta altura a CUT já vislumbrava um novo campo de ação sindical.

Para Galvão (2002), essa atuação institucional e a aceitação da negociação dentro dos limites impostos pelo discurso neoliberal, tornaram as reivindicações da Central cada vez mais restritas à reposição salarial e essa tentativa de conciliação fez crescer nos sindicatos a ideia de que não seria possível um caminho alternativo para o desenvolvimento brasileiro, o que aplacou a luta reivindicativa.

---

(2) De acordo com Galvão (2002), o sindicalismo propositivo prioriza a ação institucional, ou seja, a negociação dentro da ordem e as concessões ao governo e ao empresariado. Suas críticas são pontuais e não requerem uma mudança na política econômica e na forma de gestão da força de trabalho. Já o sindicalismo combativo, experimentado pela CUT durante os anos 80, se caracteriza pelo trabalho de organização e mobilização das bases, pela negociação contra-propositiva e pela luta a favor da manutenção e ampliação de direitos.

(3) À época do III Concut, a esquerda socialista ou os socialistas revolucionários que faziam parte da CUT compunham as correntes CUT pela Base, Corrente Sindical Classista e Convergência Socialista (GALVÃO, 2002).

(4) Ainda durante o Governo de Sarney, a CUT tentou negociar um entendimento nacional, mas as reuniões entre o governo e a central acabaram não avançando. Nesse período, os sindicatos não abandonaram as mobilizações e esses encontros eram utilizados para divulgar a plataforma da CUT e denunciar a política econômica do governo, o que não aconteceria na década de 1990 (BOITO JR., 1999). Ilustrativo deste período é a resolução da central: “A CUT entende que não pode haver pacto entre desiguais e que nesse tipo de pacto, os trabalhadores só têm a perder” (Resoluções do III Concut, 1988 *apud* GIANNOTTI, 2002, p. 58).

Além disso, como a CUT abandonou a defesa da luta unificada, o neocorporativismo começou a crescer na base do movimento. Nas condições de instabilidade econômica e de ofensiva do neoliberalismo, os sindicatos adotaram uma visão mais contratualista e fragmentada, voltada para livre negociação entre patrões e empregados. Os sindicatos oficiais, antes constituídos pelas categorias legais definidas pela CLT, viram suas bases subdividirem-se em setores e por empresas, como os bancários, que se dividiram entre funcionários dos bancos públicos e dos privados, e os metalúrgicos, que se dividiram entre operários das montadoras e os demais. Com o passar do tempo essa divisão se deu por empresas, quando os bancários isolaram suas campanhas salariais por banco e os metalúrgicos por montadora (BOITO JR., 1999).

As câmaras setoriais, que fizeram parte da estratégia de ação da CUT no início dos anos 1990, foram apresentadas pela Articulação Sindical como uma alternativa para o sindicalismo, que, segundo essa corrente, estaria fadado a reações defensivas diante das forças “cegas e incontroláveis” do mercado sem a intervenção macroeconômica do Estado (CARDOSO, 2003). Segundo Boito Jr. (1999), o interesse da CUT era aproveitar a contradição existente entre a política neoliberal, que favorece o capital financeiro internacional e o bancário, e a burguesia industrial nacional, estabelecendo uma frente contra o desemprego e a desindustrialização. Contudo, suas intenções acabaram frustradas porque as câmaras setoriais avançaram no sentido de obter regalias fiscais e créditos para setores específicos que procuravam reduzir perdas particulares numa conjuntura de crise<sup>(5)</sup>.

Para Galvão (2002), o contrato coletivo, ao lado das câmaras setoriais, é a expressão máxima do sindicalismo propositivo. O contrato coletivo vinha sendo discutido pela corrente majoritária da CUT, desde 1990, no Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema. No entanto, segundo a autora, o contrato coletivo é mais uma representação de um ideal do que uma orientação prática, uma vez que em nível nacional, poucos setores implementaram esse tipo de contratação. Para a CUT, a implantação desse instrumento garantiria um patamar mínimo de direitos para todos os trabalhadores e preservaria as particularidades de cada categoria e região do país. O contrato coletivo abriria espaço para a atuação das centrais sindicais, estimulando a negociação coletiva, reduzindo as possibilidades de intervenção do Estado nas relações de trabalho.

No entanto, Galvão (2002) destaca que a defesa da contratação coletiva traz riscos, pois pode fortalecer o discurso empresarial de que as distinções entre setores industriais e regiões inviabilizam a definição de regras e direitos nacionais, rebaixando-os a um nível mínimo, que represente menores custos para as empresas. Além disso, os contratos coletivos incentivam que cada categoria faça reivindicações e lute de acordo com as condições econômicas e de mobilização dos setores em que estão inseridas, fortalecendo um comportamento neocorporativo. Boito Jr. (1999) afirma ainda que essa proposta favorecia os sindicatos mais organizados em detrimento dos interesses dos demais trabalhadores e eram nesses setores mais fortes que a base social da Articulação Sindical se encontrava.

---

(5) Cabe assinalar que, das vinte e seis câmaras dos governos Sarney e Collor, apenas três estabeleceram acordos com os sindicatos, sendo que, em 1995, com o início do Governo FHC, todas foram desativadas.

No que diz respeito às privatizações, a CUT adotou posturas controversas ao longo dos anos 1990. Apesar de ter combatido a privatização das indústrias siderúrgicas e petroquímicas durante os Governos Collor e Itamar, durante os dois primeiros anos do mandato de FHC, a Central praticamente abandonou essa luta. Para Galvão (2002), a cruzada de Collor contra os funcionários públicos e a campanha da mídia contra as empresas estatais fizeram com que a reação popular às privatizações fosse reduzida. Além disso, a possibilidade de compra de lotes de ações das estatais pelos funcionários da própria empresa que seria privatizada facilitou a cooptação dos trabalhadores dessas empresas.

A CUT passou também a atuar nas brechas do Estado, não apenas propondo políticas, mas também assumindo a execução de serviços relegados pelo Estado. Para manter sua prática “participacionista”, a Central passou a intervir em outros espaços institucionais tripartites após o esvaziamento das câmaras setoriais, como o Conselho Nacional de Saúde, o Conselho Nacional do Trabalho, o Conselho Nacional da Previdência Social, o Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat), o Conselho Curador do FGTS e o Conselho de Administração do BNDES<sup>(6)</sup>. Os serviços assistenciais também adquiriram maior peso e visibilidade num contexto marcado pelo aumento do desemprego.

Essas medidas fazem parte do que a CUT chamou de sindicalismo cidadão. Sua formulação, de acordo com Ferraz (2003) e Santana (2000), ocorreu a partir de uma releitura da sociedade capitalista feita pela CUT durante o V Concut, realizado em 1994. Nesse Congresso, os delegados avaliaram que o capitalismo atual havia estendido os palcos do conflito de classes para além do chão de fábrica e isso possibilitou que o Estado fosse percebido como um espaço de disputa política e não somente como um instrumento burguês de dominação. A partir daí, a ocupação de espaços institucionais tornou-se uma tática importante para a CUT, tanto no que dizia respeito ao controle de fundos públicos, quanto para a elaboração de políticas públicas. Segundo as Resoluções do V Concut, “o controle público da gestão do Estado deve ser feito através de nossa participação em conselhos, em seus diversos níveis, articulando-a permanentemente com a luta cotidiana e real dos trabalhadores” (CUT, 1994, p. 22 *apud* FERRAZ, 2003). Cabe ressaltar que havia uma preocupação no sentido de que a Central não deveria simplesmente elaborar reivindicações que seriam paternalisticamente resolvidas pelo Estado, tratava-se de elaborar políticas concretas mediante um aprofundamento dos estudos e pesquisas dos sindicalistas.

No entanto, o sindicalismo cidadão, que pode ser entendido como um desdobramento do sindicalismo propositivo, não era uma unanimidade na CUT.

---

(6) O fato de o governo ter mudado as regras de funcionamento dos Conselhos, com o objetivo de minimizar a pressão dos movimentos sociais e a prática dos governos em adotar medidas sem consultar ou informar aos membros dos conselhos, fez com que a CUT se afastasse do Conselho Nacional do Trabalho e fez com que juristas se afastassem de outros conselhos tripartites. O então secretário-geral da CUT, Vaccari Neto, declarou ao jornal O Estado de São Paulo, em 16.12.1996, que “o governo renunciou à Convenção n. 158 da OIT, inventou os projetos sobre contrato temporário de trabalho, lei de greve, uso do FGTS em privatizações e uma série de outros assuntos sem ao menos informar a comissão. Esse governo faz propaganda de suas comissões tripartites, mas tem uma prática imperial” (MARTINS; I. J. RODRIGUES, 1999, p. 164).

A disputa interna era acirrada, pois o discurso classista ainda sobrevivia entre as correntes de esquerda. Essas correntes criticavam a prática conciliadora e de parceria, condenam a participação da Central em negociações, discordavam da prioridade dada à ação institucional e afirmavam que o uso dos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) reforçava a dependência dos sindicatos em relação ao Estado.

Cabe assinalar ainda que, a partir de 1999, por conta da desvalorização do real e do desgaste das políticas neoliberais, a CUT se envolveu e passou a atuar de forma significativa na oposição ao Governo FHC. A Marcha dos 100 Mil, o Grito dos Excluídos e o Grito da Terra foram manifestações marcantes deste período. A CUT passou a adotar ações mais ofensivas, recuperando parte de sua combatitividade, pressionada pelas correntes de esquerda. A eleição da nova direção da CUT também contribuiu para essa mudança, já que o novo presidente, João Felício, apesar de ser membro da Articulação, tinha origem no setor público, rompendo a tradição da direção dos metalúrgicos do ABC (GALVÃO, 2002).

As tentativas frustradas da CUT em estabelecer acordos com os governos neoliberais ao longo dos anos 1990 também contribuiu para a reativação de posições mais críticas no interior da Central. De acordo com Martins e I. J. Rodrigues (1999).

o governo usava o discurso da livre-iniciativa na negociação entre empresários e trabalhadores, ao mesmo tempo em que procurava impor um novo modelo de relações de trabalho, atropelando a discussão e frustrando as expectativas dos sindicalistas, especialmente os da CUT. (MARTINS; I. J. RODRIGUES, 1999, p. 165.)

Segundo Boito Jr. (1999) e Galvão (2002), a CUT não aderiu ao neoliberalismo, uma vez que não estabeleceu acordos com nenhum governo neoliberal, seja porque estes não fizeram concessões efetivas, seja por conta da pressão exercida pelas correntes minoritárias da central. Além disso, mesmo a corrente majoritária da CUT assumiu posições abertamente contrárias à política neoliberal em alguns setores da atividade econômica, como, por exemplo, no setor público, onde os trabalhadores se posicionaram contra a reforma administrativa e da previdência, indo de encontro à linha propositiva adotada então pela Central. Alves (2000) concorda que mais do que incorporar os valores neoliberais, a Articulação Sindical tentava se adaptar à nova institucionalidade vigente no país. Para Galvão (2002), a trajetória da CUT nos anos 1990 foi marcada por uma oscilação entre a assimilação de elementos do discurso neoliberal, que se refletem na elaboração de uma perspectiva propositiva, e a contraposição à política neoliberal, que em alguns momentos revelou a reativação de uma prática mais combativa.

### *1.2.2. A Força Sindical*

A história da Força Sindical começa no Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo que, em 1964, depois da intervenção militar, se tornou centro da organização da direita sindical. Em 1987, Luiz Antonio de Medeiros, ex-militante do PCB, foi eleito presidente deste que era o maior sindicato da América Latina.

Desde 1986, junto com Aloysio Azevedo, que tinha sido expulso do PCB, e com Antonio Rogério Magri, presidente do Sindicato dos Eletricitários de São Paulo e conhecido por suas ligações com o sindicalismo norte-americano, Medeiros começou a elaborar a teoria do sindicalismo de resultados. Aloysio Azevedo assim o definiu, em entrevista ao jornal Estado de S. Paulo: “Essa forma de sindicalismo de resultados aparece de forma bastante cristalina nos EUA. Os sindicatos são criados em regime capitalista. Logo são instituições que servem à produção do capital e a luta sindical é essencialmente reformista” (O Estado de São Paulo, 10.8.1987 *apud* GIANNOTTI, p. 43, 2002). O *business unionism*, como é conhecido nos Estados Unidos, se tornou a aposta das elites para reciclar sua capacidade de influenciar o movimento sindical passado o período do regime militar, quando métodos menos democráticos puderam ser utilizados.

Em 1988, com o fracasso do Plano Cruzado, o Governo Sarney insistiu na ideia de montar uma mesa de negociação com os dirigentes sindicais para tentar superar a crise que o país atravessava, mas a CUT se negou a participar dessas negociações. Se aproveitando desse contexto, Medeiros e Magri despontaram como interlocutores confiáveis e saíram em defesa do capitalismo e da economia de mercado. Nesta época, Sarney criou a Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos, atribuindo artificialmente maior *status* ao presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, Luiz Antonio de Medeiros (BOITO JR., 1999 e GIANNOTTI, 2002).

A imprensa investiu sistematicamente na divulgação do sindicalismo de resultados e seus líderes apareciam quase diariamente na televisão e nos jornais: “O capitalismo venceu no Brasil e os trabalhadores querem o capitalismo” (Medeiros ao Jornal Folha de S. Paulo, 20.8.1987 *apud* GIANNOTTI, 2002, p. 51); “Não escolhi o modelo americano de sindicalismo e sim a vida real [...] De fato o trabalhador anseia por melhores condições de trabalho e melhores salários, e não pela derrubada do capitalismo” (Medeiros ao Jornal do Brasil, 23/08/1987 *apud* GIANNOTTI, 2002); “Só nos interessa o que traz riqueza e prosperidade para o trabalhador. Ideologia não enche barriga de ninguém” (Magri ao Jornal O Estado de S. Paulo, 26.7.1987 *apud* GIANNOTTI, 2002, p. 48).

Depois de apoiar Collor durante as eleições presidenciais<sup>(7)</sup>, Medeiros foi compensado com uma indicação para o Ministério do Trabalho. No entanto, ele recusou afirmando que faria mais pelo então presidente se ficasse no sindicato. “Sem mim, fatalmente, o sindicato cairia nas mãos da CUT” (Medeiros ao Jornal O Globo, 23.12.1989 *apud* GIANNOTTI, 2002, p. 86). Ele sugeriu que Magri assumisse o cargo, e este, acompanhado de Aloysio Azevedo, como assessor ministerial, foi para Brasília.

---

(7) Mesmo antes de Collor assumir, Giannotti (2002) afirma que o discurso neoliberal já vinha sendo difundido entre os sindicatos influenciados por Medeiros. O que antes parecia apenas um discurso anti-CUT foi se delineando como um discurso neoliberal na sua versão sindical. A Força Sindical apoiou o Governo Collor até o último instante antes de seu *impeachment*. Mesmo em agosto de 1992, quando todos saíam às ruas em protesto, a Força Sindical se limitou a publicar uma nota pedindo a renúncia do então presidente, e não seu impedimento. Depois, a Central convocou um ato junto com a FIESP, mas que, na opinião de Giannotti (1994 *apud* BOITO JR., 1999), não passou de uma tentativa de melhorar sua imagem, desgastada por sua omissão diante dos acontecimentos.

Medeiros se ocupou da construção de uma central sindical e ele teve o apoio do Governo Collor para fundar a Força Sindical em março de 1991. De acordo com Boito Jr. (1999), entre 1990 e 1992, o Ministério do Trabalho concedeu cento e trinta e duas cartas sindicais a entidades ligadas ao grupo de Medeiros, sendo que a CUT só recebeu treze concessões neste mesmo período. O grupo de Medeiros conseguiu ainda milhões de dólares do Governo Collor para montar seu aparelho sindical (GIANNOTTI, 1994 *apud* BOITO Jr., 1999)<sup>(8)</sup>.

O pacto social foi fundamental para o crescimento da política da Força Sindical. Essa ideia elimina as classes sociais e trabalha em uma perspectiva de parceria, como se fosse uma negociação entre iguais. Um dos documentos mais ilustrativos sobre este tema é um artigo assinado pelo presidente da FIESP, Mario Amato, e pelo presidente da Força Sindical, Luiz Antonio de Medeiros, publicado no jornal O Estado de S. Paulo:

trabalhadores e empresários não são inimigos. Eles podem ter divergências e interesses conflitantes, mas ambos desejam uma economia estável, com empresas saudáveis, que garantam maior nível de emprego e melhores salários [...] Eles devem ser sócios da modernidade. (O Estado de S. Paulo, 14.6.1992 *apud* GIANNOTTI, 2002.)

O apoio da Força Sindical às políticas neoliberais foi importante no processo de privatização e desregulamentação do mercado de trabalho brasileiro, ainda que a central tivesse um ponto de divergência com essa política: a abertura comercial, que acarretava o desemprego, sobretudo no setor industrial<sup>(9)</sup>. Em seu favor, a Força Sindical contava com a ideia de que a privatização seria um avanço rumo à modernização, reduzindo a corrupção na burocracia do Estado. Além disso, o medo do desemprego tornava os trabalhadores mais permissivos com a desregulamentação, travestida de instrumento capaz de aumentar a oferta de empregos (BOITO JR., 1999).

De acordo com Trópia (2002), no que tange à desregulamentação das relações de trabalho, a Força Sindical defendia a substituição da CLT. Santana (2000) acrescenta que a FS chegou a indicar contradições entre a CLT e as novas demandas trazidas pela sociedade contemporânea:

[...] é preferível, atualmente, brigarmos pelo que reza a CLT ou mantermos postos de trabalho? As respostas cabem a cada um de nós, mas as perguntas esclarecem bem o momento de transformações que estamos vivendo e a enorme contradição existente entre a Lei e a realidade. (FS, 1998, p. 2 *apud* SANTANA, 2000.)

---

(8) Anos mais tarde, em 2001, vários jornais noticiariam os enormes financiamentos feitos para a criação da Força Sindical e o desvio de verba por parte de seus fundadores. O foco central das notícias esteve sobre o desvio de milhões por parte do então deputado federal do Partido Liberal (PL) e ex-presidente da Força Sindical, Luiz Antonio de Medeiros. Cabe dizer que, no mesmo ano, no dia 7.10.2001, a Revista Veja noticiou que até aquela data, a Força Sindical ainda era financiada por empresários (GIANNOTTI, 2002).

(9) Cabe afirmar que, inicialmente, a Força Sindical apoiou a abertura econômica, entendendo-a como uma garantia de modernização da economia e das relações de trabalho brasileiras. Entretanto, ao constatar os impactos negativos das políticas de abertura e de juros altos sobre a sua principal base, os metalúrgicos, a Central começou a questionar a inconsequente implementação dessas políticas. A partir daí, sua direção saiu em defesa de um modelo de abertura gradual e restritivo. A Força Sindical chegou a participar de uma greve geral em 1996 em resposta ao aumento do desemprego.



No entanto, Trópia (2002) afirma que, sabendo da polêmica que envolvia a questão, a Força Sindical optou pela desregulamentação “a varejo”. Quando se viu pressionada pelo aumento do desemprego, a Central optou por flexibilizar a jornada de trabalho, por meio do banco de horas, e o contrato de trabalho.

A instituição das Comissões de Conciliação Prévia, em 2000, formadas por pessoas que não tinham nenhum vínculo com a Justiça do Trabalho, para resolver conflitos trabalhistas, também contribuiu para a redução dos direitos dos trabalhadores. Essas Comissões passaram a negociar qualquer acordo, rescindindo contratos de trabalho com a redução ou não dos direitos trabalhistas. Mas não foi só a Força Sindical que viu benefícios nessas comissões, alguns grandes sindicatos filiados à CUT também viram essa mudança como um avanço no sentido de reduzir a ingerência dos governos e ampliar suas conquistas. Como observamos antes, esses sindicatos mais fortes, seguindo a lógica neocorporativa presente no movimento, acreditavam ser capazes de fechar acordos acima do patamar estabelecido pela legislação, apesar dessa não ser a realidade da imensa maioria dos sindicatos do país.

Acrescentamos ao rol de ações em apoio à flexibilização dos direitos trabalhistas, a intervenção da Força Sindical nas votações do Projeto de Lei n. 5.843/01, que determinava a prevalência do negociado sobre o legislado<sup>(10)</sup>. Quando esse Projeto foi votado em dezembro de 2001, a CUT, aliada ao MST e à CGT e a Força Sindical voltaram a se enfrentar. Paulo Pereira da Silva, então presidente da FS, teve livre acesso às dependências da Câmara e ficou em Brasília para pressionar os deputados a aprovarem o PL. Além disso, o governo, que já havia solicitado “regime de urgência urgentíssima” para a votação, foi a público se posicionar favorável à aprovação do Projeto com o apoio do presidente da Força Sindical, Paulo Pereira da Silva, e o da Social Democracia Sindical, Enilson Simões. Até dias antes da suspensão da votação no Senado, em março de 2002, a Força Sindical e o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo se organizavam para aprovar os artigos da CLT que seriam flexibilizados (TRÓPIA, 2002)<sup>(11)</sup>.

Para Cardoso (2003), enquanto marcava suas diferenças em relação à CUT, a Força Sindical apoiou as políticas neoliberais que causariam desemprego, recessão, redução do mercado formal, aumento da precarização e destruição de parte do tecido industrial brasileiro, que sustentava tanto a ação da CUT, quanto da própria FS. Para o autor, esse paradoxo pode ser compreendido na medida em que, desrespeitando os interesses de seus representados, a Central foi recompensada em termos estritamente políticos, fazendo com que suas lideranças ascendessem a cargos no governo.

---

(10) O Projeto de Lei n. 5.843/01 previa alteração no art. 618 da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT). De acordo com Trópia (2002), este Projeto abria brechas para que uma série de direitos trabalhistas fosse eliminada, uma vez que estes direitos passariam a ser estabelecidos mediante negociações entre empresários e trabalhadores, em convenções ou acordos coletivos, variando de caso a caso. Sob o pretexto de fortalecer os sindicatos e minimizar a interferência do Estado nas negociações coletivas, esse Projeto acabaria liquidando a CLT e a Justiça do Trabalho. Para a autora, “trata-se, na prática, do mais duro golpe desferido contra os direitos dos trabalhadores desde a implementação das políticas neoliberais no país” (TRÓPIA, 2002).

(11) Cabe mencionar que o apoio da Força Sindical às políticas neoliberais não é homogêneo. Apesar das dissidências serem bastante reduzidas, neste episódio de votação, ao contrário da postura adotada pela cúpula nacional, alguns dirigentes da Central em São Paulo protestaram em Brasília contra o projeto de flexibilização ao lado da CUT (TRÓPIA, 2002).

Segundo Trópia (2002) e Cardoso (2003), o Governo FHC também teve o apoio da Força Sindical nas discussões acerca da Reforma da Previdência e da Reforma Administrativa. A Central exigia a redução da diferença entre os trabalhadores do setor público e do setor privado. No entanto, ao invés de defender a ampliação dos direitos conquistados pelos servidores públicos, como a estabilidade e a aposentadoria integral, para todos os trabalhadores, a Central optou por caracterizar esses direitos como privilégios que deveriam ser extintos, levando, também, à demissão de uma grande parcela de servidores públicos. Mais uma vez, a Central se opôs à CUT, acusando-a de defender uma “casta de privilegiados”. Quando as aposentadorias do setor privado foram ameaçadas, a Força Sindical esboçou uma reação, mas acabou acatando a proposta do governo<sup>(12)</sup>.

Trópia (2002) afirma que, além do apoio do governo, dos empresários e da mídia, a Força Sindical conseguiu firmar bases sociais. A ação reivindicativa da Central respondia a alguns interesses imediatos de sua principal base social, os metalúrgicos, e seu discurso antiestatista atraía parcelas dos trabalhadores do setor privado. Além disso, a oferta de serviços por parte da entidade garantiu uma maior sobrevivência à mesma. Como discutimos antes, em um contexto de desemprego e de desmonte dos direitos sociais, essa prática tem atraído novos filiados do setor formal e informal<sup>(13)</sup>.

## 2. DECLÍNIO X CRISE

Quando comparamos o sindicalismo brasileiro dos anos 90 com aquele dos anos 80, se tornam visíveis as transformações ocorridas nas estratégias e nas formas de intervenção adotadas pelas organizações sindicais. A maior parte dos estudiosos do tema admite que a década de 1990 foi marcada por um refluxo do movimento sindical, ainda que existam divergências no que diz respeito à interpretação dos efeitos dessa crise sobre a instituição sindical.

### 2.1. Declínio do sindicalismo

L. M. Rodrigues (1999) afirma que a crise do sindicalismo ocorrida em alguns países ao longo da década de 1970, revelou, nos anos 80, seu caráter de declínio, pois o passar do tempo não fez surgir alternativas para a redução do número de sindicalizados e de greves ocorrida em um número crescente de países. Para o autor, o termo crise sugere a possibilidade de superação, enquanto a expressão declínio remete a uma perda de vitalidade irreversível.

---

(12) A EC n. 20/98 alterou as regras de aposentadoria transformando o tempo de serviço em tempo de contribuição, determinou o fim da aposentadoria proporcional e o fim das aposentadorias especiais, salvo para professores do Ensino Fundamental e Médio e para trabalhadores expostos a condições especiais de trabalho, como a insalubridade (TRÓPIA, 2002).

(13) Cabe dizer que, em 1999, Paulo Pereira da Silva assumiu a presidência da Força Sindical, pois Medeiros teve que se afastar após ser eleito deputado federal pelo PL, e deu continuidade ao projeto iniciado por seu antecessor. Paulinho, como ficou conhecido, manteve a ideia de expandir a prestação de serviços por parte da Central, utilizando os recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Como a Força Sindical recebia mais recursos do FAT do que qualquer outra central, foram cerca de 40% em 2000, muitos sindicatos aceitavam a filiação à Central para ter acesso a esses recursos.



Para L. M. Rodrigues (1999), os fatores que estariam minando as bases do sindicalismo podem ser divididos em dois grandes blocos: os socioeconômicos, que tendem a ser fenômenos estruturais de longa duração e com menor chance de serem revertidos, e os político-institucionais, mais sujeitos à intervenção dos atores ligados ao trabalho, ou seja, do governo, empresários e sindicatos. Nesse segundo bloco, incluir-se-ia também os fatores culturais e valorativos que só atingem o sindicalismo quando afetam as relações de poder e as alianças entre grupos de interesses. Entre os fatores socioeconômicos, destacamos: a introdução da automação e da informatização, a fragmentação dos interesses da classe trabalhadora, a flexibilização da legislação trabalhista, a queda da inflação e o aumento do desemprego. Entre os fatores político-institucionais, merecem destaque: o tipo de sistema político geral e a ascensão de partidos neoliberais ao governo.

No entanto, L. M. Rodrigues (1999) admite que as especificidades de cada país dificultam a formulação de hipóteses explicativas mais gerais acerca das causas do declínio do sindicalismo. Além disso, o autor apresenta dados que indicam que, ainda que os trabalhadores fabris e de serviços coletivos tenham enfrentado dificuldades nos anos 90, a maior participação dos trabalhadores dos serviços públicos, das mulheres e de pessoas com índices de escolaridade mais elevados foram de suma importância para a manutenção das atividades e das taxas de sindicalização.

Em sua análise acerca do rol de causas responsáveis pelo declínio do sindicalismo, o autor destaca a heterogeneização da classe trabalhadora, que seria consequência de um conjunto de mudanças tecnológicas e de alterações ocorridas no mercado de trabalho. Essa maior heterogeneidade da força de trabalho, gerada pelo surgimento de novos postos de trabalho, aliada à descentralização das unidades de produção, à diminuição dessas unidades, à terceirização, às negociações por locais de trabalho, à flexibilização da legislação trabalhista e à maior participação da mulher no mercado de trabalho, teria gerado um processo conhecido como fragmentação dos interesses da classe trabalhadora. Essa representaria não só a crise de um modelo de sindicalismo ligado ao sistema fordista/taylorista, mas da classe operária sobre a qual historicamente se apoiaria o movimento sindical.

## 2.2. Crise do sindicalismo

Quando comparam o movimento sindical dos anos 80 com aquele dos anos 90, Boito Jr. e Marcelino (2010) admitem que houve de fato um refluxo do movimento sindical brasileiro, mas afirmam que a crise do sindicalismo não pode ter suas explicações centradas na irreversibilidade da nova ordem social mundial e creditam parte deste refluxo às transformações político-econômicas ocorridas na sociedade brasileira durante os anos 90.

Assim como Boito Jr. e Marcelino (2010), Noronha (2009) afirma que as alterações na conjuntura econômica, política e ideológica da sociedade brasileira são fundamentais para o entendimento do desenvolvimento do sindicalismo no país. Ao analisar o que ele chamou de “primeiro grande ciclo de greves no Brasil”, ocorrido

entre 1978 e 1997, o autor destaca que a excepcionalidade deste ciclo só pode ser explicada pela conjunção de fatores macroeconômicos e macropolíticos favoráveis às greves. Para o autor, o final da década de 1970 representou uma ruptura na história das relações de trabalho no Brasil. A tradição populista foi rompida, houve alterações no sistema partidário, que impediram pactos entre sindicatos e governos, e a transição política em si provocou implicações na lógica da ação coletiva. Essa conjuntura política fez com que todos os trabalhadores, independentemente de suas condições específicas de trabalho, se tornassem mais propensos a aderir às greves. Noronha (2009) acredita que, apesar de não ser possível mensurar essa influência, o fato dos atores acreditarem que as greves eram pertinentes foi decisivo para este ciclo, ainda que os demais fatores socioeconômicos não possam ser desconsiderados.

De forma contrária, a partir de 1990, acompanhamos um período de retração tanto do número total de greves quanto do número de jornadas não trabalhadas. Para Noronha (2009), essa retração coincide com o período da divulgação das notícias de corrupção do Governo Collor que geraram instabilidade política e fizeram com que as lideranças sindicais adotassem uma atitude cautelosa, reduzindo as paralisações. Além disso, a ampliação acelerada do desemprego, ocasionada pela abertura econômica mal administrada, também deve ser considerada, pois esta reduziu a adesão dos trabalhadores às greves. Esse período de instabilidade político-econômica teria afetado a visão dos trabalhadores acerca da eficácia das ações grevistas e, para o autor, em momentos de normalidade democrática e política, uma vez que as greves são um recurso utilizado para a obtenção de ganhos trabalhistas, devemos reconhecer que um fator explicativo para se realizar greves é a percepção dos atores envolvidos de que esse instrumento pode trazer mais vantagens do que desvantagens.

Boito Jr. e Marcelino (2010), afirmam que, desde 2004, o movimento sindical brasileiro tem revelado sinais de superação da crise vivenciada ao longo dos anos 1990, e as ações grevistas têm mantido níveis razoavelmente altos e alcançado vitórias para os trabalhadores. Entre 2004 e 2008, foram pouco mais de 300 greves e uma média de 1,5 milhões de grevistas por ano, segundo dados do DIEESE (2004-2007 *apud* BOITO JR.; MARCELINO, 2010).

Ao analisar a atividade grevista no Brasil dos anos 2000, Boito Jr. e Marcelino (2010) afirmam que haveria um equívoco na tese de declínio histórico do sindicalismo, pois o ciclo de greves ocorrido no país entre 2004 e 2008 teria revelado um caráter ofensivo e conquistado vitórias por parte da classe trabalhadora<sup>(14)</sup>.

Além disso, os autores afirmam que o aumento da sindicalização em alguns setores que antes não tinham tradição de luta, também identificado por L. M. Rodrigues (1999) e Cardoso (2003), como os trabalhadores do setor de serviços, bem como das mulheres que entraram massivamente no mercado de trabalho, pode representar um novo sopro de vida para o movimento reivindicativo dos trabalhadores.

---

(14) Apesar de analisarem somente os indicadores de greves, os autores acreditam que a atividade grevista é a ação mais contundente e de maior visibilidade política e social realizada pelos trabalhadores.

O número de sindicatos do setor de serviços apresentou um crescimento percentual de 9,5%, enquanto o percentual de sindicatos do setor primário e secundário caiu cerca de 5%, entre 1992 e 2001 no Brasil (Pesquisa Sindical, 1992 e 2001). Segundo Cardoso (2003), ocorreu um deslocamento de filiados da agricultura e da indústria para o setor terciário, com destaque para os serviços de ensino. Em menor escala, a administração pública direta e autárquica e os serviços médicos, veterinários, de enfermagem etc. também foram bem-sucedidos na filiação de novos membros e, juntos com o de ensino, estes setores se tornaram estratégicos na estrutura da CUT, a central sindical de maior expressão no Brasil, o que pôde sinalizar uma adaptação do movimento sindical às mudanças estruturais ocorridas do mercado de trabalho.

Já a taxa de participação das mulheres no mercado de trabalho aumentou 10% entre 1990 e 2002. Esse fenômeno foi acompanhado pelo crescimento da taxa de sindicalização feminina que, apesar de ter sido historicamente inferior à masculina, passou de 14,0% para 17,3%, entre 1995 e 2002. Enquanto isso, a taxa de sindicalização masculina permaneceu em queda entre 1995 e 1998, passando de 19,4% para 18,2%, tendo registrado uma recuperação de menos de 1% entre 1998 e 2002 (PNAD/IBGE, 1990, 1995, 1998 e 2002).

Boito Jr. e Marcelino (2010), assim como Hyman (1996), afirmam também que a fragmentação e a heterogeneização da classe trabalhadora não são fenômenos exclusivos da atual fase do capitalismo. Esses fenômenos, que recebem destaque na análise de L. M. Rodrigues (1999) acerca do declínio do sindicalismo por dificultarem a percepção das similaridades existentes na situação de trabalho, a construção de identidades coletivas e a representação de interesses homogêneos, colocando os trabalhadores em situação de concorrência e deslocando o conflito para o interior da classe trabalhadora, devem ser entendidos como um obstáculo para a organização sindical, mas não mais que isso. De acordo com Hyman (1996), o bloco homogêneo de trabalhadores só existiu nos discursos e na literatura política, que mitificaram o passado como “una época dorada en que los trabajadores eran espontaneamente colectivistas, y las organizaciones laborales se alineaban detrás de un proyecto de clase unificador” (HYMAN, p. 19, 1996). Dessa forma, afirmar que a fragmentação é a causa fundamental da crise do sindicalismo, minimiza o fato de que, paralelo a esse processo, temos acompanhado um processo de homogeneização entre alguns setores, como os trabalhadores de classe média e os operários, os trabalhadores de diferentes nacionalidades, e os homens e as mulheres. Além disso, Hyman (1996) considera que uma maior diversidade dentro dos sindicatos pode permitir uma maior equidade nas negociações dos movimentos de trabalhadores, assim como permite que se estabeleça um poder mais ativo para as centrais sindicais, ou seja, de acordo com as estratégias adotadas diante deste novo cenário, essa maior diversidade poderia não ter como consequência imediata uma fragmentação dos interesses da classe trabalhadora.

De acordo com Boito Jr. e Marcelino (2010), quando a explicação acerca da crise do sindicalismo é centrada na irreversibilidade da nova ordem social mundial, somos obrigados a admitir que não há saída para os sindicatos. Ao minimizar o papel

da conjuntura política e ideológica, os estudos acerca desta temática incorrem no equívoco de analisar a classe operária e o movimento sindical separadamente do processo político nacional e internacional. Algumas alterações na conjuntura nacional são apontadas como “possíveis” responsáveis pela recuperação do movimento sindical brasileiro nos anos 2000, como: a retomada, ainda que tímida, do crescimento econômico; uma ligeira recuperação do emprego; o crescimento discreto da inflação dos alimentos; a existência de um regime democrático; o fato de o governo ser composto por pessoas oriundas do movimento sindical; o desgaste da ideologia neoliberal; a variedade de orientações político-ideológicas oferecidas pelas centrais sindicais; e o crescimento da experiência, por parte do movimento sindical, no enfrentamento da flexibilização proposta pela reestruturação produtiva.

Dentre esses fatores, Borges (2008) destaca o crescimento econômico e a existência de um governo democrático. Sobre o crescimento econômico, de acordo com Marx e Engels (*apud* ALVES, 2003), o sindicalismo ganha ímpeto nas fases de crescimento, onde há redução do desemprego e aumento da demanda por produtos, sendo que, nos períodos de crise, os sindicatos se revelam mais impotentes e defensivos. Para os autores, a relação entre os ciclos da economia capitalista e os movimentos operários comprovam a total submissão da prática sindicalista à lógica do movimento do capital, o que, inclusive, revela os limites desse tipo de organização no que diz respeito à superação do sistema capitalista. O crescimento econômico brasileiro durante os anos 2000, ainda que modesto e limitado pelos juros altos, o arrocho fiscal e o câmbio supervalorizado, teve reflexos objetivos no aumento do nível dos empregos formais. Foram cerca de 1,45 milhões de postos de trabalho, um aumento de cerca de 6,02%, entre 2006 e 2007 (BORGES, 2008). Para Lucio (2009), a geração de empregos aumenta a sindicalização e o poder de barganha dos sindicatos, que passam a ter maior visibilidade e força junto às bases. Nos anos 2000, o crescimento econômico permitiu que o movimento sindical fortalecesse suas negociações, indo atrás dos direitos salariais e da redução da jornada de trabalho.

No que diz respeito à existência de um governo democrático, Picanço (2009) revela que o sindicalismo brasileiro vislumbrou no Governo de Luís Inácio Lula da Silva uma possibilidade de garantir a universalização dos direitos sociais e de superar a política neoliberal: “Em todo o período republicano, nunca o Brasil foi dirigido por forças tão nitidamente identificadas com as lutas populares [...] Desse modo a CUT deve dialogar com o governo no debate concreto do projeto alternativo e utilizar sua capacidade de mobilização para pressionar desde a base sindical e setores amplos da sociedade para que tal projeto de realize [...]” (CUT, VIII Concut, p. 11-13, 2003 *apud* PICANÇO, p.5, 2009). Borges (2008) afirma que essa visão do Governo Lula favoreceu a retomada da ação sindical. Se considerarmos o argumento de Noronha (2009) acerca da pertinência e das possibilidades reais de ganhos das atividades grevistas, percebemos que a conjuntura política do Governo Lula pode ter facilitado a intensificação das atividades sindicais em período recente, uma vez que o presidente teria se posicionado favorável à distribuição dos frutos do crescimento econômico e do aumento da produtividade das empresas, fazendo aumentar a adesão dos trabalhadores às reivindicações e à luta dos sindicatos.

No entanto, para Picanço (2009), foram as transformações ocorridas na ação coletiva por conta do cenário de flexibilização e recuo do sindicalismo que permitiram que o movimento sindical brasileiro saísse do que ela chamou de “crise de adaptação”. Os novos espaços de negociação e as conquistas setoriais, que ocorrem em um contexto de regressão de direitos e reivindicações, possibilitaram que o movimento sindical brasileiro se adaptasse ao *status quo*, ainda que não tenha superado a “crise da ação coletiva”, que conforma as relações entre classes em curso no país e não manifesta oposição à estrutura sindical corporativa ou ao modelo econômico hegemônico.

A autora tem seus estudos centrados no sindicalismo cutista e constata que a ação da Central se adaptou e passou a lutar por ganhos materiais possíveis em meio a uma conjuntura adversa. Ela destaca o papel da Participação nos Lucros e Resultados (PLR) neste cenário. A cláusula, considerada flexibilizadora e regressiva, assumiu um caráter de conquista sindical, apesar de significar o rebaixamento e a intensificação do trabalho via adoção da racionalização neoliberal. Uma parcela significativa das negociações e greves ocorridas na agenda sindical dos anos 2000 esteve voltada para a defesa da PLR, cerca de 23,7%. Essa reivindicação só ficou atrás do reajuste salarial, principal responsável por cerca de 66,7% das greves, segundo dados do DIEESE (2006 *apud* PICANÇO, 2009). Para a autora, a PLR se tornou a possibilidade de uma ação mais pragmática para o sindicalismo, e sua aceitação como uma manifestação aceitável da flexibilização, representou o desenvolvimento de uma ação sindical diferente da que ocorria nos anos 1980 e 1990, quando a massificação e a aglutinação em torno do confronto e da participação institucional, respectivamente, eram as estratégias principais do sindicalismo brasileiro. Nos anos 2000, a ação sindical teria adotado um caráter setorial, onde aqueles sindicatos e centrais mais organizados e reconhecidos poderiam obter os “ganhos possíveis com as negociações aceitáveis” (PICANÇO, p. 13, 2009).

Bridi e Araújo (2004) concordam com Picanço (2009) no que diz respeito ao fato de a crise do sindicalismo corresponder a um momento de transição. Para elas, no Brasil, esta crise impôs uma reorientação na elaboração das estratégias, sendo que alguns sindicatos ampliaram seu raio de atuação e base de representatividade para além das empresas, enquanto outros assumiram um caráter assistencialista, transformando-se em “empresas-clubes”. Para as autoras, a adversidade do cenário dos anos 1990 não significou o fim do movimento sindical, mas a necessidade de sua reorientação estratégica.

Para Hyman (1996), essa reorientação consiste em estabelecer “un nuevo vocabulário de motivos para la solidaridad de los trabajadores” (HYMAN, p. 19, 1996). Para o autor, o que vem ocorrendo não é uma crise da instituição sindical, mas uma crise do modelo e da orientação tradicional dos sindicatos. Por isso, Hyman (1996) discute a questão da solidariedade e do coletivismo e da relação entre esses princípios, em geral vinculados à ideologia socialista de transformação social, e a defesa dos interesses imediatos dos trabalhadores organizados em categorias específicas. Para ele, ainda que os ativistas e ideólogos do sindicalismo tenham concebido o coletivismo como um valor moral em si, talvez seja mais realista assumir que a maioria dos

membros dos sindicatos aderem à instituição por razões instrumentais, como uma forma de alcançar suas necessidades individuais. A ideia de uma solidariedade absoluta “distorsiona nuestra percepción de la dinámica actual de los movimientos laborales” (HYMAN, p. 26, 1996). O autor afirma ainda que a questão da crise sindical não é irreversível e que existe espaço para as iniciativas dos movimentos trabalhistas e para a construção de interesses comuns que transcendam as divisões da classe trabalhadora.

Segundo Ramalho e Santana (2003), a necessidade de adaptação da organização sindical, de sua estrutura e de suas práticas à heterogeneidade do mundo do trabalho contemporâneo se revelou essencial, assim como consensual entre os pesquisadores do tema, para o desenvolvimento futuro do movimento sindical. Os autores sugerem alternativas que passam por mudanças nas atividades sindicais mais tradicionais de representação coletiva, ampliando-as no sentido de incluir a representação dos trabalhadores desempregados, precarizados e excluídos. Um dos modelos propostos é o de Laranjeira (1998 *apud* RAMALHO; SANTANA, 2003), que sugere um “sindicalismo comunitário” que, juntamente com outros movimentos sociais, atenderia às necessidades dos trabalhadores que se encontram excluídos do mundo do trabalho. Para Ramalho e Santana (2003), essa proposta retomaria, em grande parte, a tradição que foi se enfraquecendo ao longo da história do movimento operário por conta de sua institucionalização.

Por outro lado, Rosanvallon (1987) acredita que foi justamente o aprofundamento do que ele chama de “institucionalização sindical”, que permitiu que os sindicatos reafirmassem seu espaço na sociedade, consolidando-se como associações necessárias para aqueles a quem representa e reconhecidas por aqueles sobre os quais exerce o poder representativo. A adoção de um conjunto de práticas adaptadas à conjuntura recente, voltadas para as questões sociais que envolvem os trabalhadores e para a região em que vivem, assim como a participação ativa em fóruns de debate e de elaboração de políticas sociais, ampliaram a capacidade de intervenção dos sindicatos. Estes passaram a ocupar espaços que definem os rumos da sociedade, ampliando sua legitimidade como representantes dos trabalhadores, uma vez que mediam a relação destes com a sociedade.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste artigo, pudemos observar as inegáveis transformações ocorridas no movimento sindical brasileiro na passagem dos anos 80 para os anos 90. Além do refluxo nos indicadores quantitativos utilizados nos estudos do sindicalismo, acompanhamos uma mudança nas estratégias de intervenção sindical. O movimento sindical, assim como o mercado e as relações de trabalho, sofreu com os fortes impactos das transformações ocorridas na sociedade brasileira, e mesmo mundial, durante os anos 90. Dessa forma, o sindicalismo que havia começado a se reestruturar em fins da década de 1970 e começou a trilhar um caminho de lutas durante a redemocratização da década de 1980, foi subitamente interrompido na década de 1990.



Apesar de ser parte de uma tendência internacional, a crise do sindicalismo brasileiro foi também determinada por fatores internos ao país que podem ser resumidos na derrota de Lula em 1989; na posse de um presidente eleito pelo voto direto, conferindo legitimidade às ações do poder político; na adoção da alternativa neoliberal, que impulsionou a reestruturação produtiva; na burocratização da CUT, distanciando a cúpula da base do movimento; na ampliação do neocorporativismo nos sindicatos; e no surgimento de uma nova central, a Força Sindical, acirrando a concorrência político-ideológica no cenário sindical.

Assim, apenas afirmar que o neoliberalismo e a reestruturação produtiva impuseram as transformações ocorridas no movimento sindical nos parece muito limitado. A discussão acerca dos elementos responsáveis pelo recuo do sindicalismo é bastante extensa e, apesar de não ser o foco da discussão deste artigo, a compreensão de que processos estruturais mais generalizados adquirem características e consequências diferenciadas de acordo com contextos distintos é fundamental para que possamos estudar suas consequências sobre a sociedade brasileira.

Neste contexto, fica evidente a necessidade de se estudar as particularidades do Brasil, uma vez que a eficácia com que os sindicatos reagem às mudanças ocorridas no ambiente econômico e político e à reestruturação dos processos produtivos varia de um país para outro. Ainda que alguns processos responsáveis pela fragmentação da classe trabalhadora possam ser generalizados, sua natureza, suas causas e suas implicações variam de acordo com o contexto. Dessa forma, acredito que seja fundamental aliar às formulações teóricas acerca das complexas e contraditórias tendências de continuidade e de ruptura do processo de crise sindical desencadeado no Brasil ao longo dos anos 1990, um mosaico de dados capaz de revelar o cenário do movimento sindical brasileiro dos anos 2000, para que então seja possível estabelecer uma relação entre este e o desenvolvimento político, econômico e social do país neste período.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Giovanni. Do “Novo Sindicalismo” à “Concertação Social”. Ascensão (e Crise) do Sindicalismo no Brasil 1978-1988. *Revista de Sociologia e Política*, n. 15, Curitiba, nov. 2000.

\_\_\_\_\_. *Limites do Sindicalismo — Marx, Engels e a Crítica da Economia Política*. São Paulo: Praxis, 2003.

\_\_\_\_\_. *O Novo (e Precário) Mundo do Trabalho. Reestruturação Produtiva e Crise do Sindicalismo*. São Paulo: Boitempo, 2005.

ANTUNES, Ricardo. *O Novo Sindicalismo*. São Paulo: Scritta, 1991.

BOITO Jr., Armando. *Política Neoliberal e Sindicalismo no Brasil*. São Paulo: Xamã, 1999.

BOITO Jr., Armando; GALVÃO, Andréia; MARCELINO, Paula. *Brasil: o Movimento Sindical e Popular na Década de 2000*. OSAL, Buenos Aires, CLACSO, ano X, n. 26, out. 2009.

BOITO Jr., Armando; MARCELINO, Paula. O Sindicalismo Deixou a Crise para Trás? Notas sobre o Caso Brasileiro. In: *Anais VI Congresso Latinoamericano de Estudios del Trabajo*. GT 4: Sindicatos y Movimientos de los Trabajadores, Cidade do México, 2010.

BORGES, Altamiro. *A Retomada das Greves no Brasil*. In: Brasil de Fato, out. 2008. Disponível em: <[www.brasildefato.com.br/v01/agencia/analise/a-retomada-das-greves-no-brasil](http://www.brasildefato.com.br/v01/agencia/analise/a-retomada-das-greves-no-brasil)>. Acesso em: 13 dezembro 2009.

BRIDI, Maria Aparecida; ARAÚJO, Silvia Maria. As Expressões da Crise de um Sindicalismo em Transição. In: *Anais VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais*. GT 7: Trabalho, Sindicalismo e Diálogo Social, Coimbra, 2004.

CARDOSO, Adalberto Moreira. *A Década Neoliberal e a Crise dos Sindicatos no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2003.

COSTA, Walber Carrilho. Sindicalização e Greves: História Recente do Movimento Sindical Brasileiro. *Revista História Hoje*, Revista Eletrônica de História, vol 2, n. 6, mar. 2005. Disponível em <[www.anpuh.org/revistahistoria/view?ID\\_REVISTA\\_HISTORIA=6](http://www.anpuh.org/revistahistoria/view?ID_REVISTA_HISTORIA=6)> Acesso em: 20 maio 2010.

FERRAZ, Marcos Alexandre dos Santos. CUT-Cidadã: uma Avaliação do Sindicalismo Recente. In: *Anais do 27º Encontro Anual da ANPOCS*, 2003, São Paulo: USP.

GALVÃO, Andréia. A CUT na Encruzilhada: Impactos do Neoliberalismo sobre o Movimento Sindical Combativo. *Revista Idéias*, Campinas, 9 (1): 105-154, 2000.

GIANNOTTI, Vito. *Força Sindical: a Central Neoliberal*. Rio de Janeiro: Mauad, 2002.

HYMAN, Richard. Los Sindicatos y la Desarticulación de la Clase Obrera. *Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo*, año 2, n. 4, p. 9-28, 1996.

IBGE. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios*. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro: IBGE, 1990, 1995, 1998 e 2002.

IBGE. *Pesquisa Sindical*. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro: IBGE, 1992 e 2001.

LUCIO, Clemente Ganz. Por um Pacto Mundial do Emprego. *Revista do Instituto Humanitas de Ensino*, São Leopoldo, Maio de 2009.

MARTINS, Heloísa de Souza; RODRIGUES, Irâm Jácome. O Sindicalismo Brasileiro na Segunda Metade dos Anos 90. *Revista Tempo Social*, USP, São Paulo, 11 (2): 155-182, out. 1999.

NORONHA, Eduardo. Explosão das Greves na Década de 1980. In: BOITO Jr., Armando (org). *O Sindicalismo Brasileiro nos anos 80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

\_\_\_\_\_. *Ciclo de Greves, Transição Política e Estabilização: Brasil, 1978-2007*. Revista Lua Nova, São Paulo, 76: 119-168, 2009.



PICANÇO, Katya. O Fim da Crise do Sindicalismo Cutista. In: *I Seminário Nacional Sociologia e Política: Sociedade e Política em tempos de Incerteza*. UFPR. 2009. Disponível em: <[http://www.humanas.ufpr.br/evento/Sociologia Política](http://www.humanas.ufpr.br/evento/Sociologia%20Politica)> Acesso em: 10 maio 2010.

RAMALHO, José Ricardo; SANTANA, Marco Aurélio. Trabalhadores, Sindicatos e a Nova Questão Social. In: \_\_\_\_\_ (orgs). *Além da Fábrica*. São Paulo: Boitempo, 2003.

RODRIGUES, Iram Jácome. A Trajetória do Novo Sindicalismo. In: \_\_\_\_\_ (org.). *O Novo Sindicalismo: Vinte Anos Depois*. Petrópolis/RJ: Vozes; São Paulo: EDUC; UNITRABALHO, 1999.

RODRIGUES, Leôncio Martins. *O Declínio das Taxas de Sindicalização: a Década de 80*. Rev. Bras. Ci. Soc., vol. 13, n. 36, São Paulo, fev. 1998.

\_\_\_\_\_. Destino do Sindicalismo. São Paulo: EdUSP; São Paulo: Fapesp: 1999.

ROSANVALLON, Pierre. *La Question Syndicale. Histoire et avenir d'une forme sociale*. Paris: Calman-Lévy, 1987.

SANTANA, Marco Aurélio. As Centrais Sindicais Brasileiras e a Reestruturação Produtiva: Análises e Propostas. *Revista Sociologia*, Porto Alegre, ano 2, n. 4, p. 186-225, jul./dez. 2000.

TRÓPIA, Patrícia Vieira. A Adesão da Força Sindical ao Neoliberalismo. *Revista Idéias*, Campinas, 9 (1), 2002.

Recebido em 5 de março de 2011.

Aceito em 10 de julho de 2011.